

MUSEUS, ESPAÇOS URBANOS E SUAS APROXIMAÇÕES: UMA PROPOSTA DE ENSINO A PARTIR DA LEITURA DOS LUGARES DE MEMÓRIA**MUSEUMS, URBAN SPACES AND THEIR APPROACHES: A TEACHING PROPOSAL BASED ON THE READING OF MEMORY PLACES**

DOI 10.5281/zenodo.7656688

Daniel Luciano Gevehr¹

Resumo: O trabalho discute o processo que envolve a produção do espaço e sua relação com os lugares de memória da cidade. Analisa-se a importância da leitura desses lugares da cidade, enquanto espaços concretos e dotados de sentido, que permitem compreender o tempo e o espaço no contexto da cidade. Nessa perspectiva, lugares como museus, prédios, ruas, avenidas, cemitérios, monumentos e praças podem ser objeto de investigação pedagógica nas aulas de história, permitindo identificar, caracterizar e realizar uma leitura crítica dos lugares de memória da cidade, que contam parte da trajetória de construção dos espaços da cidade no tempo. Propõe-se também uma leitura crítica da dinâmica espaço-temporal das cidades, aprofundando e ampliando a compreensão da historicidade dos lugares que constituem a cidade e sua relação com personagens e diferentes acontecimentos que marcaram a trajetória do lugar no tempo. O estudo busca contribuir para o debate sobre novas possibilidades de ensino nas diversas áreas do conhecimento, considerando a riqueza de objetos de pesquisa que se encontram fora da sala de aula, o que permite aos estudantes, melhor compreender os diferentes elementos que constituem o saber histórico, que deve contribuir para melhor compreender o espaço, produzido e transformado no tempo, através da intervenção produzida pelo homem.

Palavras-chave: Lugares de memória. Museu. Ensino de História.

Abstract: The work discusses the process that involves the production of space and its relationship with the places of memory in the city. The importance of reading these places in the city is analyzed, as concrete spaces endowed with meaning, which allow us to understand time and space in the context of the city. In this perspective, places such as museums, buildings, streets, avenues, cemeteries, monuments and squares can be the object of pedagogical investigation in history classes, allowing to identify, characterize and carry out a critical reading of the memory places of the city, which tell part of the construction trajectory. of city spaces in time. A critical reading of the space-time dynamics of cities is also proposed, deepening and expanding the understanding of the historicity of the places that make up the city and its relationship with characters and different events that marked the trajectory of the place in time. The study seeks to contribute to the debate on new teaching possibilities in different areas of knowledge, considering the wealth of research objects that are outside the classroom, which allows students to better understand the different elements that constitute historical knowledge, which should contribute to a better understanding of space, produced and transformed in time, through the intervention produced by man.

¹ Possui pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui um segundo pós-doutorado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É doutor e mestre em História e licenciado em Geografia e História. É professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: danielgevehr@faccat.br.

Keywords: Memory places. Museum. History teaching.

Introdução

Pensar o ensino das ciências humanas a partir de uma proposta de investigação da cidade através dos lugares de memória é o propósito dessa discussão. Olhar a cidade a partir da sua relação espacial e temporal requer que consideremos a produção do espaço da cidade numa dimensão temporal, considerando a cidade como um complexo resultado de diferentes forças que atuam no tempo.

O propósito desse texto é articular questões de cunho metodológico com concepções que se aproximam da educação patrimonial [compreendida em sua perspectiva interdisciplinar], percebendo nos lugares de memória possibilidades de exploração dos sentidos produzidos sobre a historicidade do espaço geográfico e identificar nesses espaços possibilidades de interpretação sobre personagens e fatos que permitam a compreensão do espaço no tempo.

Essa análise propõe uma investigação interdisciplinar sobre o fenômeno que constitui a pólis [cidade]. Nela operam diferentes processos sociais que se expressam material e imaterialmente através da urbe – e de forma mais particular, da construção e nomeação de lugares de memória da cidade – onde a memória é registrada e materializada.

Tendo essa questão como ponto de partida, busca-se estabelecer uma aproximação entre as epistemologias produzidas no campo da Geografia e da História acerca da historicidade e da compreensão dos processos que envolvem a criação e o reconhecimento dos lugares de memória da cidade, compreendidos como pontos de referência da produção do espaço urbano e através dos quais a coletividade se reconhece e produz significados, sobre o tempo e o espaço da cidade. Com isso, pretende-se apresentar conceitos fundamentais que subsidiam a metodologia do ensino sobre as questões que tratam propriamente da dimensão espacial e suas possibilidades de leitura, refletindo sobre os caminhos que permeiam a interpretação dos dados

disponíveis sobre os lugares de memória da cidade, à luz das teorias sobre espaço, lugar, território e temporalidade.

Busca-se discutir os conceitos de espaço, de organização do espaço, das dinâmicas de produção do espaço, das relações entre natureza e sociedade e de como esses permitem compreender a relação existente entre ESPAÇO e TEMPO, interpretando o processo que envolve a produção do espaço geográfico a partir da identificação e caracterização dos lugares da cidade, compreendidos como lugares de memória. Compreende-se o espaço geográfico como “espaço usado” e portanto, resultado do processo histórico e base material e social das ações humanas, no qual o território usado é visto como uma totalidade, ou seja, um campo privilegiado de análise, que revela a estrutura global da sociedade e a própria complexidade do seu uso (O papel Ativo da Geografia: um manifesto, 2000).

Inicia-se o estudo discutindo a questão dos lugares – que aqui chamamos de lugares de memória – que podem ser melhor compreendidos em seu processo de construção, se considerados diferentes fontes que contam parte das trajetórias e contextos de suas produções no tempo.

Exemplos disso são os documentos históricos, os textos historiográficos e literários, a imprensa e, ainda, o cinema, que contribuem para a criação de narrativas que se pretendem como “verdadeiras e únicas” sobre fatos, personagens e lugares. Quando uma comunidade elege os lugares de memória e seus símbolos de referência espacial e temporal – e que passam a representá-la através dos lugares da cidade – percebe-se os diferentes condicionantes que estiveram envolvidos nesse complexo processo de construção material da cidade. Nessa perspectiva, determinados lugares passam a ser celebrados e outros esquecidos, de acordo com os interesses presentes no processo de fabricação dos lugares de memória da cidade.

Na medida em que se identificam e se analisam as condições e os interesses que estão presentes nas diferentes épocas e contextos históricos podemos melhor refletir

sobre os lugares de memória que constituem o mosaico urbano, compreendendo-os como parte do que determinados grupos procuram imprimir como noção de “verdade”. Os lugares de memória atuam no sentido de (re)lembrar e manter viva na memória aquilo que se quer mostrar e aquilo que se quer “apagar” da memória social.

José D’Assunção Barros (2007, p.45) aprofunda essa discussão quando afirma que “a cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos. Pode-se dizer que o grande texto urbano aloja dentro de si textos menores [...]”. É nesse sentido que destaca-se a criação dos diferentes lugares de memória [monumentos, praças, edifícios, praças, avenidas, instituições, paisagens culturais, etc.] e vincula-se ao processo de significação dos espaços da cidade, uma vez que consideram-se como evidência das visões e dos sentimentos coletivos que os constituem.

A geografia ensina que o espaço é onde ocorrem as manifestações culturais da humanidade (CLAVAL, 2003) e que o homem é fabricante de paisagens (La BLACHE, 1982), sendo a força motriz da produção do espaço geográfico é a ação humana e suas práticas espaciais (LEFEBVRE, 1991). Dessa forma, o espaço pode ser compreendido como resultado das produções humanas, dotado de significados próprios, de acordo com os interesses e motivações dos grupos humanos presentes nesse lugar, que por sua vez o transformam e produzem características culturalmente próprias. A produção do espaço geográfico e aquilo que ele apresenta pode ser entendido, nesse contexto, como resultado dos interesses coletivos. Nessa mesma linha interpretativa, os lugares são expressões culturais da sociedade, inscritas no espaço, tendo como propósito o registro da memória, que passa a “se pendurar no espaço” (NORA, 1993).

Para relacionar as questões da espacialidade com os lugares de memória é preciso pensar como se expressam os lugares na cidade e para tanto começamos com a definição dos monumentos inscritos no espaço urbano e como eles permitem realizar uma “leitura da cidade”. Pode-se afirmar que a discussão que se propõe nesse exercício sobre o “fazer geográfico” tem como desafio articular diferentes questões que implicam

no fazer pedagógico do professor na contemporaneidade, contribuindo para o exercício crítico da leitura sobre o “texto urbano”.

Pesavento (2006) defende que a memória é um elemento indispensável para se compreender a construção dos imaginários da cidade, bem como dos lugares de memória inscritos na cena urbana. Nessa mesma linha de pensamento, vale lembrar aquilo que Jacques Le Goff (2003) afirma, quando ensina que a memória é um elemento essencial do que se chama de identidade e cuja busca é uma das atividades fundamentais da sociedade.

Para ambos os autores a memória é ainda um instrumento de poder, através do qual se produz uma luta pela dominação da recordação e da tradição, estabelecendo aquilo que deve ser lembrado. Não se pode deixar de pensar que as representações [imagens, narrativas, alegorias, etc] produzidas sobre o passado da cidade vinculam-se a esse campo de poder [pedagógico], no qual determinadas ideias são *ditas* e outras são *silenciadas*.

Pesavento (2002, p. 162) menciona o processo de “ressemantização do tempo e do espaço” segundo o qual é preciso considerar as transformações de caráter econômico, político, social e cultural. Segundo ela, somente assim conseguiremos interpretar de forma adequada o complexo processo de produção dos lugares de memória e dos imaginários associados a esses lugares na cidade.

Afinal, é somente com a compreensão das condições de cada época que podemos analisar os diferentes lugares como parte do resultado daquilo que os grupos sociais procuram imprimir como “verdade” e que se revelam através da materialização na cidade. Os lugares de memória atuam nesse sentido, (re)lembrando e mantendo viva na memória da cidade – compreendida como uma teia de relações sociais que se expressa material e imaterialmente – aquilo que se pretende mostrar e garantir sua preservação.

Defende-se nessa pesquisa a importância do ensino de história a partir da identificação e interpretação dos múltiplos significados que os lugares de memória desempenham na assimilação e compreensão dos conteúdos [na sua mais ampla e complexa dimensão para além da história e da geografia]. Se coloca como relevante mostrar para além da sala de aula que esses espaços são constituídos de um significado simbólico e que mostra parte da trajetória de construção do espaço vivido pela e na cidade.

Os lugares de memória da cidade levam a pensar sobre os fatos, acontecimentos, arranjos sociais, movimentos e disputas que ocorreram no espaço da cidade e de que forma esses elementos forjaram a construção dos lugares de memória. Nesse campo, identificar e refletir sobre o “nome das ruas, praças e avenidas” se constitui em um processo pedagógico que leva a pensar o processo de apropriação e produção dos diferentes lugares da cidade e de que forma esses lugares – ruas, avenidas, praças, museus, casas, etc. – ensinam sobre a história e a geografia urbana e principalmente sobre a historicidade desses processos de construção da urbe contemporânea. A conexão existente entre os museus [lugares de memória por excelência] e os diferentes lugares de memória que se distribuem na cena urbana é o propósito central dessa discussão que tem a interdisciplinaridade como fio condutor na investigação.

Museus como espaços de Ensino de História que levam para além da sala de aula

A presença dos museus nos espaços urbanos contemporâneos desempenha um papel fundamental na preservação da memória e garante – ainda que em parte – a preservação de diversos elementos que constituem a identidade dos diferentes grupos que constituem a sociedade. Tomando esse fenômeno museal como ponto de partida, o estudo tem como objeto pensar o sentido pedagógico que os museus desempenham e de que forma que esses espaços, tidos como lugares da memória, podem ser utilizados no ensino de história, não apenas em seu sentido restrito. Ou seja, considerando-se seus espaços internos, mas propondo uma leitura crítica de seus ambientes, tomados aqui como ponto de partida de todo um percurso pedagógico que ultrapassa as paredes

físicas do museu. O que se propõe com essa reflexão é pensar de que forma os museus podem ser tomados como ponto de partida para a criação de caminhos pedagógicos que passam a identificar e conhecer diferentes lugares de memória das cidades a nossa volta.

Com isso o que se propõe é uma conexão dos museus de história com os diferentes lugares de memória inscritos nos espaços urbanos, fazendo com que docentes e discentes reflitam sobre quais são os lugares de memória e como esses lugares se constituem na cena urbana, representando fatos e personagens que marcaram o passado.

Os museus considerados muitas vezes como lugares da memória das elites e conseqüentemente, distantes de grande parte da população, tem sido repensado, desde sua constituição até mesmo em relação as suas formas de acesso, buscando-se cada vez mais acessibilidade e aproximação com o público. A educação patrimonial nos museus tem desempenhado papel determinante nesse sentido, desconstruindo visões ofuscadas sobre o real significado dos museus de história. Como exemplos de museus cuja narrativa contraria a visão das elites podem ser citados os museus sobre a memória africana e afro-brasileira, sobre os indígenas, sobre refugiados, que permitem uma perspectiva diferente de ver o passado.

Especialmente nas últimas décadas os museus foram ressignificados em seus sentidos e funções, sendo anteriormente associados quase que exclusivamente a um conteúdo memorialístico e ufanista. Pode-se dizer que os museus atuam como uma ferramenta que contribui para o fomento de uma pedagogia que toma o museu como um espaço de educação patrimonial e com isso trabalha na direção de conhecer e difundir o conhecimento sobre o patrimônio da comunidade.

Não restam dúvidas de que as instituições museológicas têm assumido, cada vez mais, uma nova roupagem e propósito, repensando e modificando a sua constituição e a sua apresentação. Neste contexto de mudanças estão as novas tecnologias, que são

concebidas e difundidas com enorme rapidez, estimulando os museus – e seus criadores e gestores – a reelaborarem as ambiências, suas técnicas de comunicação audiovisual e conseqüentemente a forma de apresentação para o público. Isso tudo tem provocado uma revolução na apresentação dos acervos museais, incorporando nos espaços dos museus, técnicas bastante dinâmicas e interativas que geram, por exemplo, movimento, som e cheiro, permitindo novas experiências sensoriais nos museus de história. Esses considerados até então estáticos ou até mesmo pouco atrativos em sua forma de apresentação.

Essa discussão busca estabelecer um diálogo entre ensino de história, lugares de memória e museu. Essa aproximação se justifica por diversos fatores, uma vez que os museus têm transcendido, paulatinamente, a questão de grupo social, sendo compreendido cada vez mais como um direito de todos, em especial com as discussões contemporâneas de “direito à memória”, fazendo com que todos os grupos sociais se façam representados nesses lugares de memória, dinâmicos e plurais em sua essência. Como mostra Holanda (2011, p.9) os museus “[...] se fortalecem como espaços mais próximos da população, que não precisam apenas existir para serem públicos, precisam também interagir; não só abrir portas, mas também abrir caminhos.”

Para melhor compreender o significado da expressão acima cabe lembrar que as primeiras definições daquilo que se conhece por museu datam ainda do século XVIII e que passaram, progressivamente, por diferentes épocas e diferentes contextos históricos, que acabaram conferindo as mais diversas definições aos museus. Todavia, a definição mais usual e conhecida de museu é proposta pelo ICOM em 1974 e define museu – de forma mais ampla e genérica – como uma instituição sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, estando aberta ao público de forma geral e se colocando como um espaço de exposição, voltado para a conservação e a transmissão de memórias, sendo ainda um lugar cujo propósito volta-se ao estudo, a educação e também o deleite (POULOT, 2013). A concepção fundamental de museu para Poulot é de que o museu deve ser uma instituição democrática e plural à serviço da comunidade, rompendo com a ideia tradicional de uma simples coletânea de objetos organizados em determinados

ambientes. Cabe lembrar, nesse contexto a abertura para consulta, por parte do ICON, que busca discutir as novas definições sobre os museus, cuja conceituação é alvo de amplo debate.

Se até a década de 1970 se tinha uma ideia que se poderia chamar de mais “tradicional” através da qual o museu era compreendido como um lugar de simples conservação, de sentido essencialmente estético, especialmente a partir da década de 1980 - com as proposições da Nova Museologia - o museu passa a ser compreendido como um lugar de educação patrimonial, que nas décadas seguintes viu prosperar uma série de iniciativas positivas de educação dentro dos museus, transformados em espaço pedagógico de aprendizagem coletiva. Esse conjunto de transformações contribui significativamente para romper com o processo de “coisificar” a memória (HALBWACHS, 2004) ou difundir *representações* (JODELET, 2001) desarticuladas de um contexto maior no qual o museu está inserido.

A partir de então se passou a lutar contra uma concepção de museu “espetacularizado” no qual fatos e heróis eram glorificados em nome de terminadas ideologias e propósitos, muitas vezes indiretamente revelados na forma como os museus se constituíam, mas que obedeciam a um certo padrão no qual a memória se prestava a celebração daquilo que se “devia mostrar e guardar”. Essa ruptura necessária, mas que em alguns museus ainda não se mostra evidente, fez com que um novo tipo” de museu surgisse, onde memórias plurais e diversas surgissem, mostrando diferentes perspectivas sobre o passado, ao mesmo tempo em que uma nova dinâmica de produção dos espaços museais acaba inserindo objetos, ambiências e narrativas do passado no cenário contemporâneo, no qual o museu enquanto espetáculo deixa de ter espaço, em nome de uma nova concepção de museu, plural, diversa e democrática.

Dessa forma, compreende-se o museu como um *lugar de memória*, conforme propõe Nora (1993, p.21) e para para quem “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.” Ainda, de acordo com o autor a “*memória pendura-se em lugares*” e com isso,

sendo os museus lugares de memória e lugares socialmente construídos, esses consistem também em mecanismos de *perpetuação da memória*, como ensina HALBWACHS (2004) em sua ampla discussão sobre a memória coletiva.

Halbwachs (2004) mostra de forma bastante pedagógica como os lugares desempenham papel fundamental na construção daquilo que ele denominou *memória coletiva*. Para ele, os lugares fazem lembrar de fatos do passado e com isso contribuem para a construção da memória, na medida em que evoca o passado. De acordo com o autor, quando uma comunidade define seus *lugares de memória*, como um museu, pode-se observar quais os elementos que estão presentes na “escolha” daquilo que será colocado em evidencia e também aquilo que não será mostrado, silenciando-se determinados fatos e personagens.

Os museus podem ainda ser pensados na perspectiva da teoria proposta por Pollack (1989), para quem os lugares de memória se constituem em espaço de preservação da memória somente se, assim a comunidade de fato os reconhecer. Nessa linha de raciocínio os museus constituem-se em espaços de salvaguarda da memória, forjando um *imaginário* (BACZKO: s/d) que tem como ponto de referência o espaço físico do museu, contribuindo de forma fundamental para a lembrança daquilo que é representado na expografia do museu, uma vez que – como ensina Le Goff (2003) a memória requer um exercício constante de atualização para não cair no esquecimento. Objetos, coleções e diferentes alegorias museais contribuem para a *manutenção e a atualização* da memória. A criação e a organização de um museu são compreendidas, nesse contexto, como um fenômeno essencialmente social, na medida em que se entende que o passado é reenquadrado, interpretado e materializado através de objetos e ambiências, seguindo uma lógica do tempo presente.

Ambientes que reproduzem elementos do espaço doméstico, por exemplo, podem trazer consigo narrativas e formas de ver e representar o passado de acordo com uma lógica que denuncia visões de classe, de gênero, de raça, de religião, de nacionalidade e de outras tantas categorias nas quais se inscrevem as narrativas

produzidas pelas mais diversas expografias presentes nos museus de história. Essas categorias devem, sem dúvida, se tornar objeto de investigação e análise crítica através de uma proposição pedagógica, que transforme o museu em um espaço importante para se estudar e melhor compreender o passado e, principalmente, sobre as diferentes formas de narrar e materializar a memória sobre esse passado.

Entretanto, mesmo considerando o museu como um espaço fundamental de aprendizagem de história, a análise proposta busca pensar o espaço museal como ponto de partida de um exercício pedagógico sobre memória, lugares de memória e esse verdadeiro quebra-cabeças de memórias que se inscreve nos diferentes lugares da cidade. Defende-se a ideia de que o museu deve estabelecer uma relação mais ampla e concreta com os lugares de memória da cidade, fazendo com que se identifique e analise diferentes pontos de referência da memória [prédios, ruas, avenidas, monumentos e praças] inscritos no mosaico que constitui a memória das cidades contemporâneas.

Através dessa aproximação deve-se buscar identificar relações existentes entre os lugares, os fatos, os personagens e diferentes circunstâncias que permitam compreender como se constituem as diferentes narrativas do passado, percebendo aquilo que é posto em evidência e aquilo que é simplesmente silenciado. A leitura dos lugares de memória, para além do museu revela um caminho complexo e necessário para se compreender os meandros da produção da memória e sobre os mecanismos de poder envolvidos no processo de produção dos lugares de memória.

Saindo do museu: em busca da conexão entre o museu e os lugares da cidade

A leitura crítica sobre os monumentos históricos [que são compreendidos como diferentes manifestações culturais que se materializam como lugares de memória] faz refletir sobre o passado e que a partir dos estudos clássicos de Choay (2001) leva a pensar no sentido original do termo “monumento” que tem origem no latim, cuja expressão é *monumentum*. Este termo deriva do termo *monere* que significa advertir e lembrar.

Os monumentos têm, nesse contexto, o objetivo de apresentar ou dar uma informação, tocando a memória coletiva e mantendo a memória viva, através da emoção, que por sua vez se apresenta nesses lugares de memória distribuídos pela cidade, compreendidos como “símbolos espaciais”.

Luiz de Oliveira (2003), através de sua pesquisa, chama de símbolos espaciais as representações construídas sobre o passado e que podem ser percebidas pelo olhar. Assim, ele identifica como símbolos espaciais as construções materiais realizadas pelo homem para representar o seu passado. Para o autor, os monumentos históricos e outros diversos símbolos inscritos no espaço urbano, permitem pensar sobre o passado da cidade, que por sua vez devem ser entendidos, acima de tudo, como resultado dos diferentes interesses da sociedade – na maioria das vezes bastante antagônicos – constituindo uma complexa teia de relações, representada através da produção dos lugares de memória da cidade.

Os lugares de memória – inscritos da cena urbana – podem ser compreendidos, à luz das discussões sobre espaço e tempo como materializações/representações das percepções, dos sentimentos e dos interesses de diferentes grupos que compõe o tecido social da cidade em diferentes épocas e contextos.

Esses sentimentos e percepções são determinantes para a “condenação ou celebração de episódios do passado, na medida em que manipulam a memória desses episódios, colocando-os em evidência ou simplesmente os ignorando. Desse processo depende diretamente a produção dos lugares de memória da cidade, que passam a “contar” a história da cena urbana, a partir da eleição daquilo que deve [ou não] ser lembrado e conseqüentemente, materializado na cena urbana.

Nessa perspectiva, deve-se lembrar que a memória se manifesta através de diferentes formas, como monumentos, estátuas, praças, edifícios, ritos e diversas expressões culturais, que assim registram parte das recordações coletivas. A memória constrói, afirma e reafirma a identidade de um povo. Os lugares de memória, nesse

contexto, são compreendidos como elementos importantes para preservação da memória, no processo de construção dos imaginários e representações sobre a cidade, e que por sua vez, constituem parte do patrimônio cultural que compõe a cidade.

Le Goff (2003) relembra – no contexto de suas pesquisas sobre a cidade – que a memória é um elemento importante para se pensar a dinâmica urbana e que se costuma chamar de identidade [nesse caso, da cidade]. De acordo com o autor, a memória pode se expressar de forma individual ou coletiva e cuja busca é uma das atividades fundamentais da sociedade humana. A memória, na perspectiva dos estudos urbanos, não é compreendida apenas como conquista, mas também como um instrumento de poder, através do qual podemos evidenciar ou apagar aquilo que queremos, num campo de luta pela construção da identidade da cidade.

Os lugares de memória da cidade, compreendidos como pontos de referência da cidade, podem ser interpretados a partir daquilo que Lemos Júnior (2012) afirma e para quem o conceito de patrimônio cultural pode ser percebido como um conjunto de bens materiais, produzidos pela coletividade e que se encontra diretamente ligado à memória e à identidade da comunidade. Percebe-se que a memória é um conjunto de lembranças, de reminiscências e de vestígios, que desempenham papel importante como registro e permitem a construção da identidade da cidade – compreendida como um espaço permeado por materialidade e relações sociais – estabelecendo uma relação com o passado.

Farah (2008), por seu turno, defende a ideia de que a memória é parte fundamental da identidade e que é através dela que o indivíduo vive suas experiências na cidade. Assim, podemos dizer que a identidade é aquilo que identifica ou diferencia o homem dentro de um grupo social, político ou religioso. Vale lembrar que a identidade é uma característica própria das relações humanas e do tecido social e que engendra diferentes elementos culturais.

Para ampliar o debate, considera-se importante aquilo que Rangel (2002) afirma, quando se refere a identidade cultural. Segundo o autor, a construção da identidade se modela a partir dos interesses de determinado grupo, que se apropria de valores e de manifestações, que por sua vez revelam escolhas sobre a forma como se compreende e se registra o passado e que serão passadas para as futuras gerações.

Lugar, identidade, memória e patrimônio: aproximações necessárias

Ampliando a proposta de estudo sobre a cidade e seus lugares de memória, pretende-se estabelecer uma relação entre as concepções de identidade, de memória e de patrimônio compreendendo também a necessidade de ações de preservação do passado, que se revela através de edificações e outras tantas expressões do espaço urbano, que por sua vez, tem como propósito a preservação da memória em elementos concretos no espaço urbano.

Funari (2001) aprofunda essa discussão, mostrando os diferentes sentidos que o conceito de patrimônio cultural pode apresentar. Nesse sentido, *patrimonium*, palavra derivada do latim está ligado à propriedade herdada, a “herança”. Para melhor compreender esse conceito, se pode considerar aquilo que a vertente alemã afirma, quando usa a palavra *Denkmalpflege* como sinônimo de “cuidado”, de “cuidado dos monumentos”. Também a vertente inglesa menciona *heritage* como sendo aquilo que “foi ou pode ser herdado”. De forma mais ampla, se pode considerar o *patrimonium* como um conjunto de monumentos herdados de gerações anteriores.

Cabe mencionar nessa trajetória que, em meados do século XIX o patrimônio cultural teve seu valor primeiramente identificado com os elementos da natureza, sendo que logo após se deu a aproximação entre a natureza e a dimensão da cultura. Nessa perspectiva, Feitoza (2014) menciona em um trabalho desenvolvido a respeito da origem dos objetos constitutivos do patrimônio cultural que os primeiros “achados” que originaram este juízo de patrimônio foram os semióforos (do grego *semeion*, sinal, e *phoros*, expor, carregar, brotar).

Ainda de acordo com Feitoza (2014) os semióforos motivaram o aparecimento de coleções, estas identificadas pelas seguintes características: a) um acervo de produções naturais ou produzidas pelo homem, desvinculadas da dimensão econômica; b) conservação em um local adequado e com proteção especial; c) em relação ao conjunto de semióforos, há uma excepcional identificação com seu valor econômico; d) o objetivo de tais bens é a contemplação, além de notabilizar o seu proprietário pela coisa especial que possui.

As pesquisas realizadas por Feitoza (2014) permitem ainda compreender o processo que envolve as políticas de preservação do patrimônio cultural, pois devido às diferenças na identificação da cultura dos diferentes povos que fazem parte do globo terrestre. Um exemplo disso, citado pelo autor, é a relação existente entre o Ocidente e o Oriente, que através de culturas distintas e elementos culturais, identificam patrimônios culturais diversos, caracterizando cada espaço geográfico, produzido ao longo do tempo.

Pesquisas mais recentes que privilegiam questões da cultura e da identidade, reafirmam a pluralidade das imagens e representações das identidades, inscritas num campo complexo de luta pela preservação da memória (HALL, 2003). A cultura [e tudo que a ela se associa material e imaterialmente] é compreendida como manifestação do grupo social. Hall (2003) acrescenta que a dimensão multicultural, bem como as teorizações produzidas sobre esse processo - cada vez mais amplo e global - contempla também, a multiplicidade, enquanto uma característica do mundo contemporâneo.

A identidade, nesse campo de produção de relações da cidade, está associada às práticas sociais do cotidiano, aos costumes herdados do passado, bem como aos hábitos coletivos e também ao próprio fazer das tradições, como mostram os estudos realizados por Thompson (2013).

Essa dinâmica é melhor compreendida quando se considera Candau (2012), que amplia as discussões sobre a memória, trazendo para discussão as questões de

rememoração do passado, enquanto um processo que envolve a atualização da memória. Esse conceito é também discutido por Catroga (2011), que aponta para o fato de que a herança deixada pelos antepassados é resignificada e que através do processo de tombamento, passam a ter um significado especial em relação ao bem cultural, na mesma medida em que se torna oficial, permitindo a preservação dessa memória.

As transformações tanto dos valores quanto do patrimônio, da memória e da identidade propriamente ditas se devem à forte influência do mundo diante da globalização e do capitalismo. Assim, para Rodrigues (2014) é possível analisar em conjunto a memória social, o patrimônio cultural e a identidade numa perspectiva antropológica. Dessa forma o autor coloca como ponto fundamental o processo de globalização para um estudo que rompe barreiras e constrói novas identidades devido ao processo migratório humano como consequência do fator econômico e cultural, onde as identidades partilhadas são produzidas pelo multiculturalismo.

Já o patrimônio histórico e cultural, considerado como um conjunto de bens materiais e imateriais, tem relação com a identidade, pois é fundamental para a sua construção social/cultural e, conseqüentemente, construindo a materialização da identidade de um grupo/sociedade. Dentro desse ponto de vista, Rodrigues (2014) mostra como as sociedades formam e transmitem a sua memória social.

A antropologia cultural analisa a produção e a reprodução da cultura através dos tempos e em diferentes partes do mundo. Os filósofos e sociólogos em geral consideram que a sociologia da memória coletiva é o ponto principal. A cultura popular, as histórias familiares, as religiosidades colaboram na construção social da memória e reprodução ao longo do tempo.

Funari (2001), por seu turno, demonstra grande preocupação com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, ressaltando a deficiência de atenção dos arqueólogos para a preservação do mesmo. O autor faz uma observação a respeito da posição modernista que atingiu os brasileiros a partir da Proclamação da República (Ordem e

Progresso – 1889) que fez com que os valores materiais e culturais fossem destruídos, ressaltando a importância da modernização do país em todos os sentidos, deixando de dispensar uma atenção com o patrimônio que deveria ser preservado para a memória cultural brasileira.

Os bens culturais e sua relação jurídica estão previstos nos artigos 215 e 216 da Carta Federal de 1988. O artigo 215 apresenta de forma clara as medidas de proteção do patrimônio cultural, destacando o acesso aos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, cabendo, por sua vez, ao Estado garantir o cumprimento do exercício desses direitos. Já o artigo 216 apresenta o conceito de patrimônio cultural, bem como os meios utilizados para sua proteção em território nacional.

Percebe-se, a partir da lei acima, um especial atenção para a implementação de uma política de preservação dos bens de valor nacional e que contribuem para a afirmação da identidade nacional. Essa questão permite realizar um amplo debate sobre o percurso da política patrimonial brasileira e sugere vários caminhos a serem trilhados, para que o patrimônio brasileiro contemple a diversidade de um país com dimensões continentais, onde o patrimônio seja plural e represente, de fato, os diferentes processos e manifestações culturais do Brasil.

Choay (2001) e Leniaud (2002), por seu turno, defendem que a origem da valorização dos monumentos de valor histórico remonta ao período da Revolução Francesa (1789) e sua fúria destruidora contra os símbolos da aristocracia e da igreja, onde os mesmos foram destruídos. A partir de 1790 foram criadas na França comissões e comissões a fim de reprimir o vandalismo, resultando em um modelo jurídico que norteou os países ocidentais com a finalidade de conservação dos bens da nação.

Alves (2010), que amplia a discussão acima, destaca a atuação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), enquanto entidade coordenadora de diferentes ações envolvendo governos, organizações, que internacionalmente criam instrumentos jurídicos para assegurar a proteção do processo

do desenvolvimento da cultura popular ou tradicional e do patrimônio cultural e suas novas relações entre cultura e desenvolvimento. Criada em 1989 a “Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares”, é considerada o marco normativo para a elaboração e execução das políticas culturais na atualidade.

Nesse sentido fica claro que a UNESCO trabalha como agente moralizador na questão que tange à cultura, disseminando os princípios éticos, devido a sua autoridade admirável. A UNESCO trabalha com base nos princípios da identidade, da diferença e da diversidade. Também no que diz respeito a relação existente entre cultura e desenvolvimento, a UNESCO propõe a criação de estratégias voltadas para a geração de trabalho, ou seja, a produção de bens e serviços culturais.

Colasante e Calvete (2012) definem a ação do homem, como um agente cultural que deixa marcas, significados e simbolismo que transformam o espaço. Zanatta (2008) declara que a partir da década de 1980, ganha ênfase a chamada Geografia Cultural, que trouxe novas abordagens para a análise da dimensão geográfica da cultura, através da qual se voltou a trazer como centro das atenções as preocupações dos geógrafos culturais, como produtores e produto de seu próprio mundo.

É possível perceber a variedade de simbolismos dos grupos sociais na paisagem, identificando nela aspectos políticos e econômicos, bem como a teia de relações sociais inscritas no espaço urbano. Nos estudos geográficos torna-se evidente a dinâmica socioespacial das cidades, pelo fato da cultura ser um tipo de manifestação social e possuir um lugar no espaço. Os autores utilizam o conceito “patrimônio histórico-cultural” como referência para algum bem (tangível ou intangível) de valor histórico cultural de uma cidade. Podemos subdividir patrimônio histórico-cultural em manifestações materiais e imateriais.

Destaca-se o fato de que tanto a dimensão material, quanto imaterial da cultura, não devem ser compreendidas como dicotômicas, mas complementares, visto que abarcam a totalidade dos bens culturais. Através do viés geográfico é importante o

estudo relacionado ao patrimônio em relação a análise das publicações sobre temas específicos.

Outra importante contribuição para esse campo de estudo é trazida por Schuarça e Santos (2014). Eles estudaram a correlação das questões patrimoniais em seus sentidos material e imaterial observando contextos históricos, sócios culturais, etnológicos, e de expressões artísticas, compreendendo assim a relação entre monumentos/túmulos e os familiares, ou seja, relações afetivas.

A figura das pirâmides egípcias, por exemplo, são grandes edificações funerárias que resguardaram, por muitos séculos, a história de uma grande civilização, comprovando que o homem sempre se preocupou em manter a sua memória para o futuro, perpetuando sua história. Com grande diversidade cultural, os cemitérios se tornam ricos em cultura e ritos, permitindo observar estilos arquitetônicos, expressões e manifestações culturais de diferentes épocas e contextos históricos.

Podemos observar que o espaço do cemitério – necrópole, cidade dos mortos – por exemplo, é uma fonte patrimonial cultural importante a ser considerada, porque rememora o histórico e o genealógico, o ideológico e as etnologias, o social e o econômico e a diversidade das crenças religiosas. A curiosidade maior é que podemos identificar nesse exercício reflexivo a correlação da morte e a vida, pois a intenção desse patrimônio é a manutenção viva da memória. Essa dimensão precisa, cada vez mais, ser ampliada e aprofundada por futuros estudos da área do patrimônio cultural.

Carvalho (2010) desenvolveu um estudo sobre o surgimento das necrópoles, mostrando que elas surgiram da necessidade de um local para guarda dos mortos. Até a metade do século XIX a maioria desses finados habitavam o subsolo de igrejas. Os chamados campos santos eram covas aglomeradas e demarcadas por cruces de madeira ou ferro em terras da igreja. Em seguida, grandes monumentos funerários produzidos em mármore, referenciando a opulência das famílias abastadas foram construídos, e a

partir do final da década de 1920, foi substituído pelo granito para a construção desses túmulos.

Autores clássicos como Milton Santos, Henry Lefebvre e Boa Ventura Santos ajudam a pensar no processo de modernização das cidades, que por sua vez exigiram uma maior exploração dos ritos da morte no cenário urbano, assim fazendo com que os bens materiais e patrimoniais sofressem mudanças extremas por conveniência. Não havia mais espaços de colocação dos restos mortais, então foram sendo criadas alternativas como o uso das gavetas. Os cemitérios na atualidade, por exemplo, são fontes de informação para estudo e pesquisa de diversas áreas como antropologia, arqueologia, geografia, arquitetura, história, dentre outros, comprovando o lugar de memória e permitindo compreender uma série de elementos, tais como a dinâmica demográfica de uma comunidade e seus elementos culturais, que se inscrevem na necrópole.

Além disso, pensar numa leitura dos lugares de memória como os prédios que compõem a cena urbana é um exercício que permite melhor compreender uma série de elementos. Desde o período de construção, a técnica construtiva, a localização, a funcionalidade, o estilo arquitetônico e até mesmo os símbolos e cores que revestem sua fachada podem revelar um conjunto de saberes necessários para se pensar como as cidades se constituem e o que eles revelam, desde fatos que marcaram a edificação como até mesmo personagens da vida pública, que se fazem rememorados através de edificações.

Já as ruas e avenidas através de suas toponímias revelam diferentes aspectos da vida política e cultural, na medida em que na maioria das vezes são eleitos como personagens que emprestam seus nomes, figuras de maior importância, ficando a maior da população silenciada ou na melhor das situações, dando seu nome a ruas e avenidas de menor importância, localizadas nas zonas periféricas das cidades, onde não se dá tamanha importância se comparada àquelas mais centrais e de maior prestígio e valor econômico.

O mesmo fenômeno acontece com os monumentos, que se inscrevem na cena urbana, em meio a praças, canteiros centrais, fachadas de prédios públicos ou até mesmo compondo conjuntos em praças localizadas em pontos específicos da cidade. Os materiais empregados na produção, a técnica e o estilo, bem como o conjunto de suas formas, cores e sentidos conferem aos monumentos um conjunto de significados, que por sua vez se relacionam com a memória e os diferentes aspectos que justificaram a construção dos monumentos históricos.

Pecebe-se que tanto o museu [espaço tradicionalmente fechado e organizado a partir de objetos, coleções e ambiências, mas antes de tudo um lugar de memória] quanto os prédios, as ruas, as avenidas, os cemitérios, os monumentos e as praças [compreendidos como lugares de memória da cidade] são lugares físicos onde a memória se materializa, buscando se perpetuar, obedecendo diferentes lógicas e propósitos, que falam a respeito do seu contexto de produção. Identificar, ler de forma crítica e percorrer esse longo trajeto, que parte do museu e vai até os espaços à céu aberto nos quais se encontram essas “referências espaciais” é compreender a dinâmica de produção da memória e de como ele pode ajudar na construção do saber histórico, que tem os lugares de memória como pontos de referência.

Conclusão

O tema central dessa discussão teve como foco a questão dos lugares de memória da cidade e como esses podem servir de ponto de referência para melhor compreender a dinâmica do espaço no tempo e de forma mais particular como se dá a produção dos lugares de memória na cidade, à luz de uma pedagogia de ensino de história crítica, baseada na leitura crítica sobre fatos e personagens que se manifestam através dos lugares de memória.

Os lugares de memória – representados através de edificações, praças, ruas, avenidas, monumentos, paisagens e outras tantas formas – são compreendidos como representações do passado no espaço da cidade. Esses lugares são dotados de

significado e de importância ímpar, uma vez que permitem uma leitura crítica sobre o espaço geográfico, fazendo com que o ensino da geografia na contemporaneidade seja transformado em uma ferramenta pedagógica que provoque uma leitura mais profunda e complexa dos elementos que constituem o passado e o tempo presente da cidade, compreendida como resultado de uma teia de relações sociais complexas e dotadas de significado.

Os lugares físicos da cidade e de forma mais particular os lugares aqui denominados como lugares de memória passam a exercer um papel importante no processo da educação patrimonial, na medida em que se percebe a possibilidade de aproximar a ciência geográfica da história, da antropologia, da sociologia e dos temas transversais que constituem o processo de ensino. Interpretar o espaço geográfico da cidade como produto do trabalho humano e de seus objetivos e interesses, a partir desse campo de experiência é, sem dúvida, desvendar a cidade através de sua trajetória no tempo, compreendendo assim de forma mais apurada, o processo de produção do saber histórico e que se revela, concreta e materialmente nos lugares de memória da cidade contemporânea.

Referências

ALVES, E. P. M. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: Unesco e a construção de um Universalismo global. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, set/-dez., p. 539-560, 2010.

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopedia Einaudi** (Anthropos-Homem). Portugal: Imprensa nacional/Casa da Moeda, s/d. v.5. p. 309-310.

BATISTA, C. M. Memória e identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno virtual de turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, p. 27-33, 2005.

BARREIRA, Irllys Alencar F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003.

BATISTA, C. M. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, nº 3, p. 27-33, 2005.

BLACHE, Vidal de La. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1982.

CARVALHO, L.F.N. Entre a lembrança e o esquecimento: implicações do descaso Patrimonial para arte funerária do rio grande do sul. **19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - Entre Territórios**, Bahia, Brasil, 2010.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA R. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 147-166.

COLASANTE, T; CALVETE, M. C. M. H. **A abordagem do conceito de patrimônio cultural em artigos científicos da área de geografia (2005 - 2011)**, 2012. Disponível em: www.eng2012.org.br/lista-de-artigos%3Fdownload%3D390:artigo-eng-completo-colasante%26start%3D2400+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso: 10 mar. 2022.

FARAH, A. P. Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. **Rev. Bras. História [online]**. Franca, v.27, n.2, p. 31-47, 2008.

FEITOZA, P. F. B. **Patrimônio cultural da nação: tangível e intangível**. 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d9f0/571bbe84e31de6115a69acc984989a99f1b3.pdf>. Acesso: 10 mar. 2022.

FUNARI, P.P.A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41, 2001, p. 23-32.

GERHARDT, T. E. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HOLLANDA, Ana de. "Ao Brasil, seus museus. In: BRASIL, Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p. 9-10.

JODELET, Denise (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LE MOS JÚNIOR, C. B. Patrimônio cultural: conceitos, proteção e direito pela educação patrimonial. **Revista do Curso de Direito do UNIFOR**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 50-61, 2012.

LENIAUD, Jean-Michel. **Les archipels du passé**. Paris: Fayard, 2002.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº10, dez. 1993. [Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP].

O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA: UM MANIFESTO. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, jul. 2000. Disponível em: https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf Acesso em 20 fev. 2022.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. Número 6. 2006, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>. p. 4. Acesso em: 10 jan. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. *Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RANGEL, M. M. **Educação patrimonial**: conceitos sobre o patrimonio cultural. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2002.

RODRIGUES, D. Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. Universidade da Beira Interior, **Center of Research in Anthropology**(Lisboa). 2014. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso: 14 dez. 2021.

SCHUARÇA, T.; SANTOS, Z. M. **Patrimônio cultural**: um estudo sobre a configuração do espaço cemiterial e a arte tumularia. 2014. Disponível em: http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/O%20Mosaico%2004/OMosaico4_11_PatrimonioCultural_TelmaSchuarca.pdf. Acesso: 13 mar. 2022.

THOMPSON, Eduard. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. O teatro da memória e da história: Alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Canhaú – RN. **Revista de Humanidades**. v. 4. n. 8, abr/set 2003.

Recebido em setembro de 2022
Aceito em novembro de 2022